



## A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E OS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL NO SETOR ESPACIAL

**Priscila Santos Campêlo Macorin<sup>1</sup>**

**Livia de Paula Miranda Pereira Frauches<sup>2</sup>**

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar as principais ferramentas de cooperação, consubstanciadas em atos internacionais assinados pelo Brasil, que permitem maior capilaridade e conexão com as potências globais no setor espacial. Com a marcante presença da cooperação internacional no mundo globalizado a matéria espacial - cada vez mais em destaque na economia mundial - merece ser analisada e evidenciada. Para a realização do presente estudo, utilizaram-se dados quantitativos e qualitativos, para inicialmente, apresentar a cooperação internacional e como ela se faz presente no setor espacial, finalizando com a compilação e apresentação dos instrumentos internacionais relativos à matéria.

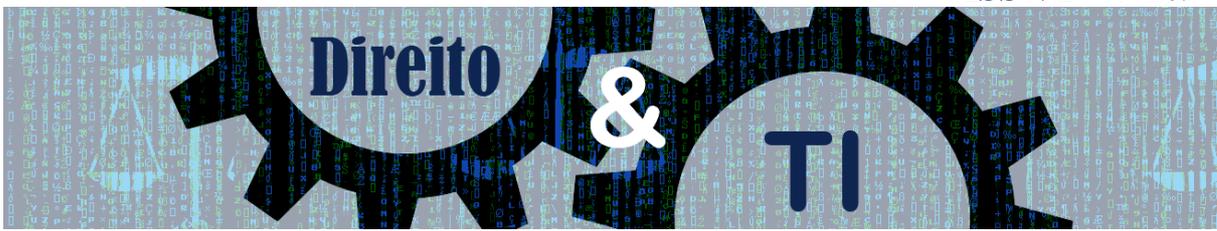
Palavras-Chaves: atos internacionais; cooperação internacional; setor espacial.

### ABSTRACT

The present work aims to identify the main cooperation tools, embodied in international acts signed by Brazil, which allow greater capillarity and connection with global powers in the space sector. With the strong presence of international cooperation in the globalized world,

<sup>1</sup> Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui especialização em Ciências Penais pela Universidade do Sul de Santa Catarina, em Direito Previdenciário pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e em Migrações e Refúgio pela Universidade de Brasília, além de formação em Análise de Crises Internacionais e Diplomacia e Defesa pela Escola Superior de Guerra. Coordenou o Centro de Cooperação Policial Internacional dos Jogos Olímpicos Rio 2016, em Brasília, e trabalhou no Escritório Central Nacional da INTERPOL de 2015 a 2018. Foi Conselheira do Conselho Nacional de Direitos Humanos e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Membro do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Comitê Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Atuou como Membro do Human Trafficking Expert Group da INTERPOL e do INTERPOL Specialized Operational Network (ISON) against people smuggling. Foi Coordenadora-Geral de Recuperação de Ativos, Coordenadora-Geral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal e Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Delegada de Polícia Federal, professora e tutora da Academia Nacional de Polícia.

<sup>2</sup> Fundadora e Diretora do Projeto Tratado Transparente. É Mestranda em Gestão Pública na Universidade de Brasília – UNB, especialista em Direito Privado pela Universidade Gama Filho, em Direito Internacional e em Gestão de Processos pelo Centro Universitário Uniamérica, graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Possui formação complementar em Direito Internacional, com cursos no Centro de Estudos em Direito Internacional - CEDIN, na Hague Academy of International Law, Haia, Holanda, curso de aperfeiçoamento em Direito da Organização Mundial do Comércio, Contrato e Arbitragem Internacionais na Universidade Cândido Mendes – UCAM e Análise de Crise Internacional pela Escola Superior de Guerra - ESG. É servidora pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública desde 2010.



space matters, increasingly highlighted in the world economy, deserve to be analyzed and highlighted. To carry out the present study, quantitative and qualitative data are used, to initially present international cooperation and how it is present in the space sector, ending with the compilation and presentation of international instruments related to the matter.

Keywords: international instruments, international cooperation; space sector.

## 1 INTRODUÇÃO

A dinâmica global da cooperação internacional tem sofrido cada vez mais adaptações para proporcionar o melhor estreitamento de laços econômicos, tecnológicos e jurídicos. Não é de se estranhar que, na evolução do presente mecanismo, novas temáticas e formas de cooperação também comecem a surgir, como a cooperação internacional no setor espacial.

É sobre esse viés que o presente artigo se debruça para apresentar, de forma objetiva e sem pretensão de esgotamento do tema, uma noção básica do que seria a cooperação internacional, tanto o seu início como sua evolução na sociedade internacional, bem como o seu impacto e importância no setor que atualmente ganha extremo destaque econômico, o espaço.

Busca-se realizar uma análise da importância da existência de atos internacionais para um diálogo jurídico internacional mais seguro para o desenvolvimento tecnológico e dinamicidade da diplomacia entre os atores internacionais.

Por fim, são apresentados dados quantitativos quanto aos instrumentos internacionais assinados pelo Brasil com os demais parceiros estrangeiros referentes ao setor espacial, para fins de responder ao seguinte questionamento: quantos e quais instrumentos internacionais dão respaldo à cooperação internacional brasileira no setor espacial?

O objetivo deste trabalho, portanto, é identificar as principais ferramentas de cooperação internacional, consubstanciados em atos normativos, que visam permitir maior capilaridade e conexão com as potências globais na matéria.

O presente artigo foi desenvolvido com uma abordagem quantitativa e qualitativa, com análise exploratória dos dados, além de descritiva e comparativa, com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental.



Como forma de apresentação do conteúdo, o trabalho encontra-se dividido em três partes, que analisam a cooperação internacional, a sua presença no setor espacial e os atos internacionais assinados pelo Brasil.

Espera-se, com essa análise, demonstrar a atuação internacional do Brasil no setor espacial, por intermédio do arcabouço jurídico internacional, além de servir de base e fomento para novos estudos na temática.

## 2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional mostra-se cada vez mais presente no contexto globalizado, no qual a sociedade internacional não consegue mais se desvencilhar da interconectividade econômica, social, sanitária, ambiental e tecnológica. A interligação sistêmica das soberanias globais vem se traduzindo como um terreno fértil para um diálogo frequente e estável da cooperação internacional.

Deve ser questionado, no entanto, como essa interligação se iniciou no âmbito da ciência e tecnologia e por que vem se mantendo ao longo dos anos e evoluindo para necessidade crescente de regulamentação.

Em uma breve retrospectiva, pode ser observado que “[...]a cooperação de antes das Grandes Guerras é caracterizada por um intercâmbio interinstitucional, e os governos participam dessas atividades de maneira acessória.” Dessa forma, a cooperação, mais precisamente na área da ciência e tecnologia, mostrava-se setORIZADA em ambientes científicos (RIBEIRO, 2014, p. 601).

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados modificam sua maneira de pensar, de forma integrada, as parcerias relacionadas à Ciência e Tecnologia, no contexto da geopolítica (SILVA, 2007).

De acordo com Ribeiro (2014, p. 601):

A cooperação internacional passa a buscar conhecimentos voltados para objetivos geopolítico-militares e a noção de comunidade de cientistas é substituída pela ideia de alianças geopolíticas que se utilizam da C&T como instrumento de aproximação.

Essa aproximação e necessidade de cooperação também é consubstanciada na Resolução da Assembleia Geral da ONU, nº 2625, de 24 de outubro de 1970, que aprova a



Declaração sobre os princípios de Direito Internacional referentes às relações de amizade e de Cooperação entre os Estados.

O citado documento trabalha com uma perspectiva agregadora, trazendo o direito da livre determinação dos povos e o princípio da igualdade de direitos como fundamentos da cooperação, assumindo “o estabelecimento de relações amistosas entre os Estados, baseadas no respeito pelo princípio da igualdade soberana”.

Nessa perspectiva, nota-se que o artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz uma visão diferenciada em relação às constituições brasileiras anteriores, qual seja, uma enumeração dos princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais (DA SILVA, 2013), a saber, independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político. O parágrafo único, conclui a diretriz, destacando a formação de uma comunidade latino-americana de nações, como objetivo a ser buscado, mediante integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Vale ressaltar que a cooperação internacional não se traduz somente em uma colaboração entre Estados, ainda que esse formato exista, mas, mostra-se como sendo também um conceito muito mais abrangente, segundo preceitua Sato (2010, p. 45):

Cooperação internacional tem um sentido mais amplo. Significa trabalhar junto. Significa que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas isoladas. Cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional.

No que tange à aplicação da cooperação internacional, Silva (2007, p. 16) explica qual deveria ser o maior cuidado no que se refere ao necessário estabelecimento dos elementos intrínsecos da dinâmica, como:

[...] identificar o interlocutor/parceiro é uma tarefa fundamental para as etapas seguintes. Assim, se o projeto/programa diz respeito à parceria formal, entre Estados, a metodologia aplicável é analisar os interesses mútuos e áreas nas quais a colaboração ou cooperação é desejável.



Conforme pontuado no levantamento sobre a Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (2014-2016, p. 140), a diplomacia “utiliza-se da característica de *soft power* da ciência: sua atratividade e influência tanto como ativo nacional quanto como uma atividade universal que transcende os interesses nacionais ou partidários”.

Neste sentido, não se pode olvidar que a ciência é um fator de fundamental importância para apoiar a cooperação internacional e melhorar a interlocução entre os Estados soberanos, em especial quando há a identificação de um entrave nesse relacionamento.

## 2.1 Cooperação Internacional e o Setor Espacial

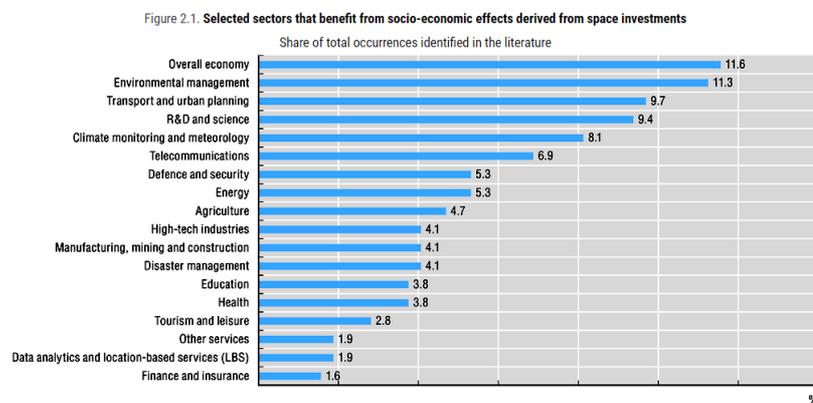
Conforme preceitua Silva (2007, p.23), “os oceanos, o espaço cósmico e a Antártica são as últimas fronteiras científicas reconhecidas internacionalmente”, dessa forma, a cooperação internacional envolvendo tais objetos ainda estaria rica de perspectivas de crescimentos e impactos relevantes.

No entanto, por representarem uma fronteira ainda pouco explorada, a necessidade de definição do escopo e estabelecimento de limites na cooperação ainda se mostra como fundamental, notadamente, quando direcionamos o nosso estudo para o setor espacial. Isso porque, o setor que antes recebia majoritariamente investimentos governamentais, atualmente passa por uma transformação de cenário, em que novos países começam a investir em pesquisa e desenvolvimento espacial, bem como há crescente inserção de investimentos privados (OCDE, 2019).

O retorno dos investimentos no setor espacial não é de fácil visualização, no entanto, conforme dados do estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, mostram como esses investimentos conseguem influenciar de forma impactante diversos setores da economia:



Figura 1: Setores influenciados pelos investimentos



Fonte: OECD (2019)<sup>3</sup>

Nesse contexto, tendo em vista o crescente impacto do citado setor na economia global, figurando-se como um ativo importante para a dinâmica de mercado, o presente estudo centraliza sua observação na análise da cooperação na esfera espacial.

Segundo dados do IPEA, publicados em 2020<sup>4</sup>, no que tange à atuação internacional das Instituições do Governo Federal quanto ao dimensionamento de gastos, é possível extrair exemplos de parcerias internacionais do Brasil, intermediada pela Agência Espacial Brasileira – AEB (Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) com autoridades estrangeiras relacionadas com a temática.

São citadas articulações com a Universidade de Indiana sobre Cooperação Internacional Espacial, para o desenvolvimento de estudos conjuntos; participação em encontros setoriais, a exemplo do encontro anual do programa Globe Nasa; e participação em conferências e reuniões técnicas internacionais, workshops e oficinas científicas.

Nesse estudo, destaca-se, em especial, o engajamento dos servidores da autarquia na cooperação com autoridades norte-americanas<sup>5</sup>:

<sup>3</sup> The Space Economy in Figures: How Space Contributes to the Global Economy, OECD Publishing, Paris, Disponível em <https://doi.org/10.1787/c5996201-en>. Acesso em: 08 de jan. 2022.

<sup>4</sup> Vide: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/210122\\_iv\\_dimensionamento\\_de\\_gastos\\_cap02.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/210122_iv_dimensionamento_de_gastos_cap02.pdf). Acesso em: 18 ago. 2022.

<sup>5</sup> Vide: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/210122\\_iv\\_dimensionamento\\_de\\_gastos\\_cap02.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/210122_iv_dimensionamento_de_gastos_cap02.pdf) - p.110. Acesso em: 18 ago. 2022.



[...]é o fato de que tal atuação não se refere exclusivamente à cooperação direta com os Estados Unidos, mas, muito comumente, reflete a presença naquele país de organizações, comissões, eventos e entidades internacionais de interesse para o desenvolvimento de diversas áreas relevantes no campo da CTIC.

Dessa forma, o diálogo entre o Brasil e autoridades estrangeiras mostra-se presente na dinâmica do setor, assim, serão a seguir demonstrados como essa articulação se perfaz por intermédio de instrumentos internacionais.

### **3 INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL NO SETOR ESPACIAL**

O direito internacional ganha maior dinamicidade e aplicabilidade com a globalização, pois a partir desse período os Estados começam a verificar o necessário desdobramento na qualidade e especificidades regulamentadoras para a cooperação que aos poucos começava a se consolidar.

Segundo Vignalli, 1996, p. 46:

“A expansão do direito internacional acentua-se com a globalização e com a revolução tecnológica, uma vez que os avanços tecnológicos do século XX, especialmente no campo das comunicações e a maior interdependência que criaram, determinaram que a regulação internacional se estendesse a novos campos: o comércio, a indústria, as comunicações, a cooperação judicial, os intercâmbios culturais etc.; e a novos espaços: as zonas polares, o espaço exterior, os fundos marinhos e oceânicos etc.

Verifica-se que o mesmo raciocínio é utilizado por Matias (2015, p. 513) quando conclui que “o reconhecimento da necessidade de cooperação entre os povos, portanto, torna cada dia mais evidente a necessidade de uma *globalização jurídica*, ou seja, de uma institucionalização crescente da interdependência das nações.”

Nesse viés, em decorrência da necessária acentuação dessa *globalização jurídica*, começam a ser mais fortemente observados e desenvolvidos procedimentos jurídicos que visam estabelecer e estreitar a interrelação desses Estados, empreendendo segurança nessas conexões.

Cabe aqui mencionar, por derradeiro, a importância da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969 e promulgada no Brasil por intermédio do Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009, para fins de consolidação e



reconhecimento da importância dos Tratados como fonte do direito internacional e mecanismo significativo para desenvolver a cooperação pacífica entre as Nações.

No que tange ao atual cenário, Darly Henrique da Silva, no artigo “Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos”, tece alguns exemplos dessa dinâmica jurídica, em especial no campo da cooperação em ciência e tecnologia (2007, p.16-17):

Para isto, há procedimentos padrão e arranjos legais específicos, como memorandos de entendimento, visitas técnicas e científicas, seguidas de “workshops” fundamentais para a definição dos termos de referência que comporão os documentos básicos de formalização da cooperação. Neles ficarão explicitados os papéis de cada parceiro, os objetivos; recursos empregados, fonte de investimento, formas de avaliação, enfim, tudo que for necessário ser acordado na aliança, sendo que a atualização periódica dos acordos é fundamental.

Ademais, os Tratados internacionais, conforme elucida Mazzuoli (2011, p.114), “[...]tornam o direito das gentes mais representativo e autêntico, na medida em que se consubstanciam na vontade livre e conjugada dos Estados e das Organizações Internacionais, sem a qual não subsistiriam”.

No que concerne ao setor espacial em matéria de normativos internacionais, o Brasil já firmou relevantes instrumentos de cooperação espacial com países estrangeiros, com destaque para os acordos-quadro de natureza intergovernamental, pois são precursores de novos instrumentos internacionais e de cooperações interinstitucionais para a obtenção e troca de informações sobre novas tecnologias.

Segundo dados obtidos em busca ativa no sítio eletrônico<sup>6</sup> da Agência Espacial Brasileira (AEB)<sup>7</sup>, no repositório de atos internacionais atualmente utilizado pelo Ministério das Relações Exteriores, denominado “Concórdia”<sup>8</sup> e notícias divulgadas pela AEB, o Brasil já assinou, no total, 150 atos internacionais de cooperação<sup>9</sup>, listados no Apêndice 1 deste artigo.

<sup>6</sup> Vide <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional>. Acesso em: 18 ago. 2022.

<sup>7</sup> Agência Espacial Brasileira - AEB, autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, criada pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro de pessoal próprios, sede e foro no Distrito Federal, para promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

<sup>8</sup> Vide <https://concordia.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

<sup>9</sup> Nota-se que no ano de 2022, com a demonstração de um movimento mais voltado para o denominado “New Space” foram assinados dois atos internacionais com empresas privadas, quais sejam: um contrato



Do montante acima mencionado, verifica-se que estes foram concluídos com 19 diferentes países e 3 Organismos Internacionais, respectivamente assim enumerados: Alemanha, África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Peru, Polônia, Portugal, Rússia, Suécia, Ucrânia, Venezuela, Agência Espacial Europeia (ESA), BRICS e Organização das Nações Unidas, conforme demonstração gráfica a seguir:

Gráfico 1: Número de atos internacionais por país.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio eletrônico da AEB, sistema Concórdia e notícias.

internacional com a startup Sul Coreana INNOSPACE para ensaios de voo para o lançamento do primeiro veículo lançador de teste civil, o "HANBIT-TLV" e uma Declaração de Intenção Estratégica com a Amazon Web Service (AWS) para apoiar o crescimento de longo prazo no setor espacial regional.



Gráfico 2: Número de atos internacionais Organismos Internacionais



Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio eletrônico da AEB, sistema Concórdia e notícias.

Com base nos dados coletados e demonstrados no Gráfico 1, verifica-se que a China e os Estados Unidos da América protagonizam a cooperação com o Brasil, respectivamente, com trinta e sete (37) e vinte e três (23) instrumentos internacionais assinados.

Embora o presente estudo não tenha como pretensão realizar a análise geopolítica estabelecida entre os dois citados países com o Brasil, para fins de demonstração do marco inicial e manutenção de significativas parcerias no setor, cabe realizar, no entanto, uma breve análise sistemática dos dados fornecidos pelo levantamento quantitativo, em especial, no recorte relativo aos dois parceiros.

No que se refere à cooperação do Brasil com a China, no Gráfico 3 abaixo, resta demonstrado o início na normatização da articulação internacional referente ao setor no final da década de 1980, representando um marco histórico, nessa aliança, a proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, o Programa China-Brazil Earth Resource Satellite (CBERS), lançado em 1988 (SILVA, 2018).

Ressalta-se que, no ano de 2023, foram assinados (até o mês de maio), dois instrumentos internacionais com a China: um, relativo ao Plano de cooperação espacial 2023-2032 entre a Administração Espacial Nacional da China e a Agência Espacial Brasileira e, outro, um Protocolo complementar ao acordo-quadro sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior.



Gráfico 3: Número de atos internacionais Brasil e China.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio eletrônico da AEB, sistema Concórdia e notícias.

Gráfico 4: Número de atos internacionais Brasil e EUA.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio eletrônico da AEB, sistema Concórdia e notícias.

A cooperação com os Estados Unidos da América, por sua vez, inicia-se na década de 1990, mais precisamente em 1994, com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço dos Estados Unidos (NASA) e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais da República Federativa do Brasil (COBAE) para Campanha de Lançamentos de Foguetes Sonda Dip Equator ou Guará.



Destaque especial merece ser dado aos dois últimos instrumentos assinados pelas partes, como o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)<sup>10</sup>, firmado em 2019, que tem por objetivo evitar o acesso ou a transferência não autorizados de tecnologias relacionadas com o lançamento, a partir do Centro Espacial de Alcântara, de Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América e de Espaçonaves dos Estados Unidos da América, da República Federativa do Brasil ou Estrangeiras, por meio de Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América ou de Veículos de Lançamento Estrangeiros que incluam ou transportem qualquer equipamento que tenha sido autorizado para exportação pelo Governo dos Estados Unidos da América.

E o Acordo de adesão ao programa Artêmis<sup>11</sup>, assinado em 2021, que tem por objetivo estabelecer visão comum por meio de conjunto de princípios práticos, diretrizes e melhores práticas para aprimorar a governança da exploração civil e do uso do espaço exterior, com o propósito de avançar no Programa.

Ademais, em relação aos Organismos internacionais, nota-se que são coincidentes o número de atos assinados com a Agência Espacial Europeia (ESA) e com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Importante destacar, entretanto, que no âmbito desta última foram assinados os principais instrumentos internacionais norteadores da prática do setor espacial, quais sejam, o Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes<sup>12</sup>, assinado em 1967, mais conhecido como o “Tratado do Espaço”; a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais<sup>13</sup>, assinada também em 1967; o Acordo sobre o Salvamento e a Devolução de Astronautas e a Restituição de Objetos Lançados ao Espaço

<sup>10</sup> Promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.220, de 5 de fevereiro de 2020: disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10220.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10220.htm). Acesso em 10 de jan. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/acordo-artemis-principios-para-a-cooperacao-em-exploracao-civil-e-uso-da-lua-marte-cometas-e-asteroides-para-fins-pacificos-334548897>. Acesso em 10 de jan. 2022.

<sup>12</sup> Promulgado no Brasil pelo Decreto nº 64.362, de 17 de abril de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D64362.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D64362.html). Acesso em 10 de jan. 2022.

<sup>13</sup> Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 71.981, de 22 de março de 1973. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D71981.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71981.html). Acesso em 10 de jan. 2022.



Cósmico<sup>14</sup>, assinado em 1968; e a Convenção sobre o Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior<sup>15</sup>, assinada em 1974.

Por fim, com base nos dados levantados e compilados no Gráfico 5, abaixo, é possível verificar a atuação internacional brasileira, no que concerne ao número de instrumentos internacionais firmados, a começar pelo ano de 1967, período em que marca o início na regulamentação global do setor, até os dias atuais<sup>16</sup>.

Gráfico 5: Número de atos internacionais assinados pelo Brasil, por ano, no setor espacial.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio eletrônico da AEB, sistema Concórdia e notícias.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação internacional na área espacial, como demonstrado no decorrer do estudo, apresenta-se como dinâmica presente e deve ser vista como ativo marcante no cenário internacional. O crescimento dessa dinâmica de normativa na cooperação e diálogo entre os atores permitirá maior segurança jurídica para o desenvolvimento tecnológico e parcerias estratégicas para o país.

Possível observar, ademais, um número considerável de instrumentos internacionais relativos à temática assinados pelo Brasil, no entanto, por se tratar de um setor ainda em

<sup>14</sup> Promulgado no Brasil pelo Decreto nº 71.989, de 26 de março de 1973. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D71989.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71989.html). Acesso em 10 de jan. 2022.

<sup>15</sup> Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.806, de 19 de junho de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5806.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5806.htm). Acesso em 10 de jan. 2022.

<sup>16</sup> Atualizado até o dia 10 de maio de 2023.



crescimento exploratório, deve ser analisado se estes seriam suficientes para regulamentar a interligação na cooperação internacional, seja ela militar ou econômica.

Foram verificados dois principais parceiros do Brasil no que concerne à normatização internacional, como a China e Estados Unidos da América, dando especial destaque aos acordos recentes assinados com o Governo norte-americano. Ademais, elaborou-se um levantamento por ano de assinatura dos instrumentos, com a finalidade de se identificar a atuação internacional temporal no setor pelo Brasil, a começar com o ano de 1967.

A Cooperação internacional, por intermédio de assinatura de atos internacionais na temática, pode ser entendida como reflexo positivo da atuação do Governo brasileiro perante o cenário global, mas, sugere-se a continuidade no monitoramento das atividades para que possíveis interpretações possam surgir dos levantamentos quantitativos realizados, bem como análise da geopolítica relacionada ao estudo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**, concluída em 23 de maio de 1969 e promulgada no Brasil por intermédio do Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm). Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014 - 2016/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agência Brasileira de Cooperação**. – Brasília: IPEA:ABC, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8827/1/Coopera%20brasileira%20para%20o%20desenvolvimento%20internacional\\_levantamento%202014-2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8827/1/Coopera%20brasileira%20para%20o%20desenvolvimento%20internacional_levantamento%202014-2016.pdf). Acesso em: 23 dez. 2022.

DA SILVA, Alexandre Pereira. Os princípios das relações internacionais e os 25 anos da Constituição Federal. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 200, p. 15-32, 2013. Disponível em [https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/50/200/ri\\_v50\\_n200\\_p15](https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/50/200/ri_v50_n200_p15). Acesso em: 22 dez. 2022.

IPEA – 2020 – Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/210122\\_lv\\_dimensionamento\\_de\\_gastos\\_cap02.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/210122_lv_dimensionamento_de_gastos_cap02.pdf) Acesso em: 10 dez. 2022.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. Editora Paz e Terra, 2015.



MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2011.

OECD (2019), The Space Economy in Figures: How Space Contributes to the Global Economy, OECD Publishing, Paris, Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c5996201-en>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Resolução 2625, 1970, Organização das Nações Unidas - ONU – Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/202170?ln=en>. Acesso em: 01 dez. 2022.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles; BAIARDI, Amilcar. International Cooperation in Science and Technology: Reflecting about Concepts and Contemporary Issues. **Contexto Internacional**, v. 36, p. 585-521, 2014.

SATO, Eiiti et al. **Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17399/2/6.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SILVA, Darly Henriques da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, p. 5-28, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/RZMgtvf45g37XvYNqsQmYVN/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Ronaldo. **Cooperação internacional sino-brasileira na área espacial e suas interseções para com os BRICS**. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: [https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3334/Dissertao\\_Ronaldo\\_Silva\\_FINAL\\_24-01-2018\\_FINAL%281%29%281%29.pdf?sequence=6&isAllowed=y](https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3334/Dissertao_Ronaldo_Silva_FINAL_24-01-2018_FINAL%281%29%281%29.pdf?sequence=6&isAllowed=y). Acesso: em 10 jan. 2022.

VIGNALLI, Heber Arbuet. O atributo da soberania. Porto Alegre: ABEI, 1996. Disponível em: <https://www.abeic.org.br/Admin/Publicacoes/17/EstIntvol-09.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.



## APÊNDICE

### Lista de Atos Internacionais assinados pelo Brasil

ONU	1967	Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes
ONU	1967	Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais
ONU	1968	Acordo sobre o Salvamento e a Devolução de Astronautas e a Restituição de Objetos Lançados ao Espaço Cósmico
Alemanha	1969	Acordo Geral entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico.
Japão	1970	Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.
Alemanha	1971	Convênio Especial entre o Centro Técnico Aeroespacial e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial.
ONU	1974	Convenção sobre o Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior
Colômbia	1981	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia.
Agência Espacial Europeia (ESA) - União Européia	1982	Protocolo entre o Centro Técnico Aeroespacial e o ‘Centre National D’Etudes Spatiales’, relativo à utilização dos meios de rastreamento e de telemetria situados no Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, em Natal, para os fins dos lançamentos ARIANE.
Colômbia	1988	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia no Campo das Atividades Espaciais.
China	1988	Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
China	1988	Acordo, por Troca de Notas, sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.



Rússia	1988	Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação no Campo da Pesquisa Espacial e da Utilização do Espaço para fins Pacíficos.
Argentina	1989	Declaração Conjunta Brasil e Argentina sobre Cooperação Bilateral nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.
Chile	1990	Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile.
Chile	1993	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile estabelecendo programa de Cooperação Bilateral na Área Espacial.
China	1993	Protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil, e a Administração Nacional de Espaço da China, da República Popular da China (CNSA), sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior.
China	1993	Protocolo sobre desenvolvimentos adicionais aos satélites sino-brasileiro de recursos terrestres e assuntos correlatos, entre a Administração de Espaço da China, da República Popular da China, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil.
China	1993	Protocolo sobre os pontos principais para o desenvolvimento adicional dos satélites sino-brasileiro de recursos da terra entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil, e a Administração Nacional de Espaço da China, da República Popular da China.
China	1993	Protocolo Suplementar sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
EUA	1994	Memorando de Entendimento entre a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço dos Estados Unidos (NASA) e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais da República Federativa do Brasil (COBAE) para Campanha de Lançamentos de Foguetes Sonda Dip Equator ou Guará.
China	1994	Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
Agência Espacial Europeia (ESA) - União Européia	1994	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Europeia (ESA) para o estabelecimento e utilização de meios de rastreamento e de telemetria situados em território brasileiro.



EUA	1995	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço dos Estados Unidos da América para o experimento relativo a Fumaça/Sulfato, Nuvens e Radiação (SCAR-B).
China	1995	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres. (Projeto Cbers).
França	1995	Memorando de Entendimento que estabelece um Quadro de Cooperação em atividades espaciais entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES).
França	1995	Entendimento Específico de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) para sistemas de propulsão em minissatélites.
Ucrânia	1995	Declaração Conjunta entre a AEB e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia (AENU).
Argentina	1996	Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologias Espaciais.
EUA	1996	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.
EUA	1996	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço (NASA) sobre o Voo do Equipamento Sensor de Umidade-Brasil (HSB) na espaçonave PM-1, do Sistema de Observação da Terra (EOS) da NASA.
EUA	1996	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional para Aeronáutica e o Espaço (NASA) sobre Experimento com o Instrumento Imageador CCD (CIMEX).
China	1996	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China relativa às aplicações pacíficas da ciência e tecnologia espacial.
Alemanha	1996	Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico.
França	1996	Entendimento Específico de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) para o desenvolvimento de um microsatélite.



Ucrânia	1996	Ata de Conversações entre a AEB e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia (AENU).
EUA	1997	Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Projeto de Desenvolvimento, Operação e Uso de Equipamento de Voo e Cargas Úteis para o Programa da Estação Espacial Internacional.
França	1997	Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a cooperação na pesquisa e nos usos do espaço exterior para fins pacíficos.
Rússia	1997	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação russa sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para fins Pacíficos.
Argentina	1998	Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) referente a Lançamento Suborbital.
Argentina	1998	Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) referente à Compatibilização de Procedimentos nos Sistemas Solo de Missões Espaciais.
Argentina	1998	Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) referente ao Projeto Sabia3.
Argentina	1998	Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) referente ao Projeto SAC-C.
EUA	1998	Agreement between the National Aeronautics and Space Administration (NASA) and the Brazilian Space Agency (AEB) on training of an AEB Mission Specialist
China	1998	Acordo sobre Segurança Técnica relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
China	1998	Protocolo sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da Terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
EUA	1999	Ajuste para um Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço (NASA) para o monitoramento da colocação em órbita do Equipamento para Astrofísica Avançada de Raio-X.
Ucrânia	1999	Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.



EUA	2000	Ajuste para um Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço (NASA) em Pesquisa Espacial Geodésica com ênfase em Sistemas de Posicionamento Global (GPS).
EUA	2000	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara
China	2000	Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
Argentina	2001	Protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial. Buenos Aires
EUA	2001	Ajuste para um programa de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) do Governo da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA) dos Estados Unidos da América em pesquisa sobre geodésia espacial com ênfase em interferometria de muito longa linha de base (VLBI)
China	2001	Memorando de entendimento sobre cooperação em ciência e tecnologia entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China.
Chile	2002	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Chilena do Espaço (ACE) sobre Cooperação na Área Espacial.
China	2002	Protocolo complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para a continuidade do desenvolvimento conjunto de satélites de recursos terrestres.
Alemanha	2002	Acordo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Técnico Aeroespacial Alemão (DLR) sobre Cooperação para exploração e uso do espaço exterior para fins pacíficos.
Agência Espacial Europeia (ESA) - União Européia	2002	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Europeia (ESA) sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos
Ucrânia	2002	Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia (AENU) sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.
Ucrânia	2002	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia (AENU) sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.



Ucrânia	2002	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).
China	2003	Memorando entre a CRESDA e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre introdução do plano do sistema de solo do Cbers 3 e 4.
China	2003	Memorando entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Comissão of Science, Technology and Industry for National Defense da República Popular da China concernente ao Estabelecimento do mecanismo intergovernamental de coordenação da colaboração em tecnologia espacial.
Ucrânia	2003	Estatuto da Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space.
Ucrânia	2003	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).
Ucrânia	2003	Memorando de entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia (AENU) sobre Futuros Projetos Espaciais Bilaterais.
Argentina	2004	Ata de Copacabana com o objetivo de continuar aprofundando a associação estratégica entre os países e definir posições convergentes em grandes temas comuns.
China	2004	Protocolo complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Cooperação no Sistema de Aplicações Cbers.
China	2004	Protocolo complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Desenvolvimento Conjunto do Satélite Cbers 2-B.
China	2004	Memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.



China	2004	Memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação.
França	2004	Ajuste assinado entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES), complementar ao acordo de cooperação técnica e científica assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, sobre balões estratosféricos.
Rússia	2004	Memorando de entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Agência Federal Espacial a respeito do Programa de Cooperação sobre Atividades Espaciais.
Argentina	2005	Protocolo complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o desenvolvimento conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente.
Argentina	2005	Programa de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República Argentina referente ao projeto SAC-D/Aquarius.
Alemanha	2005	Programa de trabalho relativo a intercâmbio de serviços e equipamentos, assinado entre AEB, DLR e CTA.
França	2005	Protocolo de intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à cooperação na área de tecnologias avançadas e suas aplicações.
França	2005	Programa Específico de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) relativo à participação do Brasil na Missão COROT.
Rússia	2005	Protocolo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Federal Russa sobre cooperação na modernização do Veículo Lançador (VL) VLS-1.
Rússia	2005	Memorando entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Federal Russa sobre a criação de um grupo de trabalho conjunto.
Rússia	2005	Declaração Conjunta do Brasil e da Rússia sobre a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação e a Comissão Intergovernamental Brasileiro-Russa de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica.



Argentina	2006	Programa de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República Argentina referente ao Projeto SAOCOM.
EUA	2006	Renovação do Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos do Espaço Exterior.
Peru	2006	Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.
Rússia	2006	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.
França	2007	Programa específico de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais relativo à execução de campanhas de voos de balões estratosféricos em território brasileiro.
Argentina	2008	Programa de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República da Argentina para Desenvolvimento de Atividades Conjuntas nas áreas de controle de atitude e órbita, câmaras de imageamento de varredura larga e processamento de dados sensoriais orbitais.
Venezuela	2008	Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela.
França	2008	Programa Quadro Específico de Cooperação na Área Espacial entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES).
França	2008	Projeto Específico entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) relativo à cooperação na área do Projeto SGB.
França	2008	Projeto Específico entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) relativo à cooperação na área da tecnologia dos sistemas espaciais aplicadas às plataformas multimissão (PMM).
França	2008	Projeto Específico entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) relativo à Cooperação na área do Clima e do ciclo de água Global Precipitation Measurement (GPM).
Itália	2008	Carta de Intenções entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Italiana (ASI) para Exploração de Oportunidades para Cooperação no Espaço Nacional e Internacional em Tecnologias e Aplicações.



Rússia	2008	Programa de cooperação no campo da utilização e desenvolvimento do satélite russo de navegação global por satélite entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Federal Russa (ROSCOSMOS).
Colômbia	2009	Ajuste Complementar de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia.
China	2009	Memorando de Entendimento para recepção e distribuição dos dados do CBERS-3 estabelecido entre o Centro Chinês para Dados e Aplicações de Recursos da Terra (CRESDA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e o Instituto Nacional de Tecnologia Aeroespacial (INTA), uma organização autônoma, com seu próprio estatuto e patrimônio jurídico, atribuído ao Ministério da Defesa e designado como Organismo Público de Pesquisa pelo Governo da Espanha.
China	2009	Memorando de Entendimento entre o Centro de Ciência Espacial e de Pesquisa Aplicada (CSSAR), a Academia Chinesa de Ciências da República Popular da China e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério da Ciência e Tecnologia.
China	2009	Memorando de Entendimento entre o Centro de Observação da Terra e da Geoinformação Digital da Academia Chinesa de Ciências da República Popular da China e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil. Relativo à Cooperação nos Campos de Observação da Terra e Geoinformação Digital.
China	2009	Protocolo entre a Agência Espacial Brasileira do Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação para a Continuidade, Expansão e Aplicações do Programa CBERS.
Bélgica	2009	Programa de Cooperação com o Centro de Liège – CSL
EUA	2010	Prorrogação do Ajuste para um Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional para a Aeronáutica e o Espaço (NASA) em Pesquisa Espacial Geodésica com ênfase em Sistemas de Posicionamento Global (GPS).
China	2010	Memorando de Entendimento entre o Instituto de Aplicações de Sensoriamento Remoto, da Academia Chinesa de Ciências da República Popular da China, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia, relativo à Cooperação na Área de Sensoriamento Remoto.
China	2010	Memorando de Entendimento entre o Centro Chinês para Dados e Aplicações de Recursos da Terra (CRESDA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que define a Política de Dados para a Distribuição de Imagens do CBERS.
China	2010	Memorando de Entendimento entre o Centro Chinês para Dados e Aplicações de Recursos da Terra (CRESDA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Espacial Nacional Sul-Africana (SANS) sobre Recepção Direta e Distribuição de Dados CBERS-03.
China	2010	Memorando de Entendimento entre o Centro Chinês para Dados e Aplicações de Recursos da Terra (CRESDA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para definir a Política de Distribuição de Imagens do CBERS. Amplia o Programa CBERS definindo a política de



		distribuição de dados e imagens geradas pelos satélites CBERS.
China	2010	Memorando de Entendimento entre o Centro de Ciência Espacial e Pesquisa Aplicada (CSSAR), a Academia Chinesa de Ciências, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Regula a cooperação Brasil-China em torno do Programa de Clima Espacial Internacional do Círculo Meridiano (ISWMCP).
Alemanha	2010	Protocolo de Intenção entre o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB).
EUA	2011	Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.
EUA	2011	Ajuste Complementar de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos da América para participação na Missão de Medição de Precipitação Global.
EUA	2011	Ajuste Complementar de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos da América para participação na Missão de Cooperação de Ozônio.
Alemanha	2011	Protocolo de Intenção entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) referente ao estudo de viabilidade fase B-1 do VLM-1 e da operadora experimental SHEFEX-III.
Alemanha	2011	Protocolo de Intenção entre a Agência Espacial Alemã (DLR), e o Centro Aeroespacial Alemão (AEB) para Programas de Trabalho, em Desenvolvimento de Motores, Programas de Foguetes de Sondagem e Experimentos de Microgravidade.
Alemanha	2011	Protocolo de Intenção entre o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e a Agência Espacial Brasileira (AEB) para continuidade nos seguintes assuntos: Desenvolvimento de Motor, Programa de Foguetes de Sondagem e Intercâmbio de Equipes de Trabalho.
França	2011	Protocolo relativo à utilização dos meios de telemedidas situados sobre o território brasileiro (Centro de Lançamento da Barreira do Inferno) em proveito dos lançamentos Ariane, Soyuz e Vega entre a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES).
China	2012	Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.



Rússia	2012	GLONASS. Melhorar a qualidade dos serviços do sistema de navegação GLONASS no Brasil com o aperfeiçoamento da precisão de seu sinal no hemisfério.
Alemanha	2013	Programa de Cooperação para a Formação de Recursos Humanos Qualificados na Área Espacial do Brasil entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Aeroespacial Alemão (DLR). Cooperação baseada em bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras para formar especialistas em áreas espaciais úteis ao Brasil e trazer professores alemães com o mesmo objetivo.
França	2013	Programa de Cooperação entre AEB e CNES para a formação de especialistas em áreas espaciais de interesse para o Brasil. Promove a formação de recursos humanos qualificados em áreas espaciais, bem como o intercâmbio de especialistas em projetos de interesse comum, com bolsas do Programa Ciências sem Fronteiras.
Itália	2013	Programa de Cooperação em Formação de Recursos Humanos Qualificados na Área Espacial Brasileira entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Italiana (ASI). A cooperação destina-se à formação de recursos humanos qualificados na área espacial e ao intercâmbio de especialistas em projetos de interesse comum por meio do Programa Ciências sem Fronteiras.
Ucrânia	2013	Memorando de Entendimento referente à cooperação para a formação de profissionais e estudantes qualificados na área espacial brasileira entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Estatal da Ucrânia. A cooperação para a formação de recursos humanos qualificados na área espacial e o intercâmbio de especialistas em projetos de interesse comum por meio do Programa Ciências sem Fronteiras.
Argentina	2014	Protocolo de Intenções entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) para o desenvolvimento conjunto da Missão Espacial SABIA-Mar.
Canadá	2014	Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Canadense (CSA) referente à cooperação para a formação de profissionais e estudantes qualificados em disciplinas relacionadas ao espaço por meio da divisão espacial do “Programa Ciência Sem Fronteiras” para promover a formação de recursos humanos nas áreas relacionadas ao espaço de interesse do Brasil e Canadá.
China	2014	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional Espacial da China (CNSA) sobre Cooperação em Dados de Satélite de Sensoriamento Remoto e suas Aplicações. Promove a cooperação no campo de dados de satélite de sensoriamento remoto e suas aplicações.
Alemanha	2014	Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) para a implementação do ACRIDICON-Projeto Chuva: Campanha Amazônia. Campanha científica internacional, com o suporte de instrumentos em solo, com o objetivo de avaliar o impacto da poluição no ciclo de vida de nuvens, na formação de nuvens de tempestades, no balanço da radiação e no clima da região amazônica.
França	2014	Programa de Cooperação em Educação Espacial entre a AEB, ASTRIUM, SAFRAN, Instituto Superior de Aeronáutica e do Espaço da França, Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e Universidade de Brasília. Cria missões de ensino e tutoria no “Projeto de Veículo Lançador da Astrium e Safran para Estudantes Brasileiros”.



Rússia	2014	Carta de intenção entre a Open Joint-Stock Company Research-and-Production Corporation (Sistemas e Instrumentos de Precisão) e o Laboratório Nacional de Astrofísica a respeito de um programa intitulado Paneos. Joint-Stock Company Research-and-Production Corporation (Sistemas e Instrumentos de Precisão) e o Laboratório Nacional de Astrofísica declaram a sua intenção de explorar a possibilidade e as condições de instalar e operar, no território brasileiro, um complexo óptico-eletrônico para detecção de detritos espaciais, como parte de uma rede de sistemas semelhantes operados em vários locais da Terra.
Suécia	2014	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Conselho Nacional Espacial Sueco (SNSB) sobre Cooperação em Atividades Espaciais para Fins Pacíficos. O Memorando fornece um arcabouço para atividades colaborativas entre a AEB e o SNSB de programas e/ou projetos de interesse comum, com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo.
EUA	2015	Acordo de Reembolso entre a AEB e a NASA pela participação no Programa Internacional de Estágio da NASA. Disponibiliza vagas de estágio para estudantes brasileiros em nível de graduação e pós-graduação no Programa NASA-I2.
EUA	2015	Acordo entre a AEB e NASA para a Cooperação no Programa de Aprendizagem e Observações Globais em Benefício do Meio Ambiente (GLOBE). Criar uma rede internacional de pesquisadores de ensino primário e secundário para estudar questões do meio ambiente.
EUA	2015	Ajuste Complementar de Cooperação entre a AEB e NASA sobre Heliofísica e Pesquisa sobre Clima Espacial. Compartilhamento de dados que envolvam heliofísica e pesquisa de clima e espacial.
China	2015	Ata da Quarta Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).
China	2015	Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo Brasileiro e o Governo da China ao “Acordo-quadro entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior”. Cooperação para a construção em conjunto do satélite CBERS-4A.
China	2015	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021.
BRICS	2015	Memorando de Entendimento sobre a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre os Governos da República Federativa do Brasil, Federação da Rússia, República da Índia, República Popular da China e República da África do Sul.
Agência Espacial Europeia (ESA) - União Européia	2015	Prorrogação do Acordo entre Brasil e ESA sobre Cooperação Espacial para Fins Pacíficos.



Polônia	2015	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Polonesa sobre Cooperação na Exploração e Utilização do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.
Rússia	2015	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Federal Espacial (Federação Russa) sobre a instalação e utilização, no território da República Federativa do Brasil, do Complexo Óptico-Eletrônico para Detecção e Medição dos Parâmetros de Movimento de Detritos Espaciais. Estabelece projeto de instalar e operar, no território brasileiro, um sistema panorâmico electro-óptico para detecção e medição dos parâmetros de movimento de detritos espaciais.
China	2016	Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS-4A entre o Governo Brasileiro e o Governo da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior.
Portugal	2016	Declaração Conjunta entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa para o reforço da cooperação nos domínios da investigação científica e da tecnologia.
EUA	2019	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)
EUA	2019	Acordo de cooperação sobre a Tarefa de Investigação e Observação de Predição de Cintilação (SPORT), uma parceria futura da NASA-AEB CubeSat Heliográfico
África do Sul	2020	Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e Agência Espacial Nacional da África do Sul (SANSA)
ONU	2020	Memorando de Entendimento entre as Nações Unidas e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações da República Federativa do Brasil para cooperação mútua em assuntos relevantes à exploração e usos pacíficos do espaço exterior.
EUA	2021	Acordo de adesão ao programa Artemis
BRICS	2021	Memorando de Entendimento entre a AEB, ROSCOSMOS, ISRO, SANSA e CNSA para o estabelecimento da Constelação de Satélites de Sensoriamento Remoto dos BRICS
França	2021	Acordo-Quadro entre a AEB e o Centro Nacional de Estudos Espaciais da França (CNES) relativo à Cooperação Espacial para Fins Pacíficos
EUA	2021	Declaração Conjunta de Intenções entre a AEB e a Federal Aviation Administration (FAA)
Portugal	2023	Memorando de Entendimento para Cooperação de Uso Pacífico do Espaço, de Ciência, Tecnologias e Aplicações Espaciais.
China	2023	Protocolo complementar sobre o desenvolvimento conjunto do CBERS-6 entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China ao 'acordo-quadro sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China



Direito & TI – Porto Alegre / RS

[www.direitoeti.com.br](http://www.direitoeti.com.br)

China	2023	Plano de cooperação espacial 2023-2032 entre a Administração Espacial Nacional da China e a Agência Espacial Brasileira.
-------	------	--